

1.Â OS OCEANOS JÃ• NÃfO SEPARAM AS ECONOMIAS

1.1. A Crise no Centro do ImpÃ©rio

No inÃcio de 2008 comeÃ§ava a agudizar-se um estado de contÃ¡gio e de crise na economia mundial, Ã medida que as expressÃµes sub-prime, crise hipotecÃ¡ria, emprÃ©stimos de risco e crÃ©dito malparado impregnavam e comeÃ§avam a fazer parte do vocabulÃ¡rio da curiosidade, da anÃ¡lise e da preocupÃ§Ã£o das pessoas.

Mesmo assim, ainda no inÃcio de 2008 existiam muitos Governos e analistas que minimizavam os primeiros sintomas de uma crise anunciada e cada vez mais palpÃ¡vel.

E os sintomas estavam lÃ¡: crise no subprime; recuo do mercado imobiliÃ¡rio; execuÃ§Ãµes hipotecÃ¡rias massivas; acÃ§Ãµes da banca em queda; preÃ§os da habitaÃ§Ã£o em baixa consecutiva; injecÃ§Ãµes gigantescas de capital por parte dos bancos centrais nos mercados e nas instituiÃ§Ãµes financeiras, desesperadamente procurando liquidez; comeÃ§aram a suceder-se as revisÃµes do crescimento em baixa, os mini-crashes e a queda dos Ãndices de confianÃ§a para nÃºveis histÃ³ricos... Ainda assim, o Governo portuguÃ¡s (como outros) recusava-se a admitir a crise. Teixeira dos Santos argumentava sobre a imunidade da economia portuguesa face Ã crise que se vinha a acentuar no mercado imobiliÃ¡rio norte-americano, consequÃªncia da tÃ£o propalada crise no sub-prime. SÃ³crates regozijava-se entÃ£o com a â€œcasa arrumadaâ€™ e outros anunciam que a boca cheia o â€œfim da criseâ€™...

Fim ou inÃcio?

Aquando dos primeiros sintomas da emergÃªncia da crise, o Bloco de Esquerda fez uma interpelaÃ§Ã£o ao Governo sobre polÃtica econÃ³mica, alertando para a aproximaÃ§Ã£o de uma crise social. Ainda antes disto, a UDP, em Fevereiro, analisando a situaÃ§Ã£o, escrevia: â€œO contrÃ¡rio do que circula, esta crise hipotecÃ¡ria nÃ£o afecta apenas os EUA. Tende a repercutir-se no sistema financeiro globalizado e a provocar um processo recessivo a nÃºvel mundialâ€•. E tinha razÃ£o! Assim como o Bloco de Esquerda! Mas nesta altura, SÃ³crates e o seu Governo ainda seguiam pela via da negaÃ§Ã£o: Que nÃ£o era assim; que as expectativas de crescimento para a economia portuguesa se mantinham, e que a crise estava confinada ao mercado dos EUA...

Enganou-se JosÃ© SÃ³crates, e ao optar pela inoperÃ¢ncia pode e deve ser acusado de nada ter feito para minorar os efeitos de contÃ¡gio e a derrapagem da crise.

No centro do ImpÃ©rio a economia ressentia-se e gripava (1) com uma inflaÃ§Ã£o galopante, com o aumento do desemprego, com a quebra e recuo da economia produtiva, com os consecutivos fechos em baixa das bolsas, com o endividamento e sobre-endividamento das famÃ¡lias, com as consecutivas execuÃ§Ãµes hipotecÃ¡rias e as consecutivas revisÃµes em baixa do crescimento econÃ³mico...

1.2. Dos EUA para a Europa, e Portugal nÃ£o Ã© imune

O que poucas semanas de desenvolvimento destes sintomas nos mostraram foi que os oceanos jÃ¡ nÃ£o chegam para separar economias, muito menos para travar ondas de choque das economias em crise... E de repente, a gripe econÃ³mica nos EUA nÃ£o era penas um cenÃ¡rio exclusivo deste paÃ-s, pois ela galgou o Oceano e deste lado do AtlÃ¢ntico os nÃºmeros seguem na linha da crise (2).

Dados recentes mostram uma contracÃ§Ã£o e uma estagnÃ§Ã£o dos vÃ¡rios paÃ-ses da Zona Euro (por pouco, Portugal nÃ£o entrou em recessÃ£o), e o PIB da Zona Euro recuou 0,2% pela primeira vez desde a criaÃ§Ã£o da moeda Ãºnica. E as previsÃµes de futuro mostram a continuidade desta linha descendente, com um maior abrandamento econÃ³mico no Ãºltimo semestre de 2008, concretizando-se o cenÃ¡rio de recessÃ£o econÃ³mica para vÃ¡rios paÃ-ses.

As revisÃµes de crescimento em baixa que deixam, no segundo trimestre do ano, a prÃ³pria Alemanha e a FranÃ§a perto de uma estagnÃ§Ã£o econÃ³mica, revelam o encolhimento e a perda efectiva do sector produtivo.

Em Portugal, sentimos este encolhimento todos os dias quando ouvimos as palavras encerramento, despedimentos... SÃ£o pÃ£o nosso de cada dia: encerramentos consecutivos de empresas; despedimentos de centenas de trabalhadores... Prova disto Ã© o facto do ser o prÃ³prio IEFP a vir a pÃºblico avisar que face Ã desaceleraÃ§Ã£o da economia Ã© de esperar que exista um abrandamento na diminuiÃ§Ã£o do desemprego. Uma espÃ©cie de eufemismo embrulhado numa barganha estatÃ-stica que traduzido nos diz que se espera mais desemprego, fruto da destruiÃ§Ã£o da economia produtiva.

Como agravante temos o crescimento da inflaÃ§Ã£o na Zona Euro a galopar valores insustentÃ¡veis (3%, 4%...). As polÃ-ticas de combate Ã inflaÃ§Ã£o, levadas a cabo pelo Banco Central, resumem-se Ã subida das taxas de juro, castigando o investimento produtivo, o consumo e castigando tambÃ©m, e de forma violentÃssima, o consumidor, que nesta altura tem que suportar a Euribor (a 3, a 6 ou a 12 meses) a valores que ultrapassam a barreira dos 5%. Medidas gravosas que em nada combatem a inflaÃ§Ã£o, principalmente quando a inflaÃ§Ã£o de preÃ§os nÃ£o decorre de picos de sobre-produÃ§Ã£o ou de sub-produÃ§Ã£o, mas sim do agravamento de preÃ§os impostos pela especulaÃ§Ã£o em mercados energÃ©ticos, alimentares, ou do imobiliÃ¡rio, como sabemos.

A consequÃªncia de toda esta situaÃ§Ã£o sente-se na economia portuguesa: com um PIB per capita que recuou para valores de 1990; com um desemprego que se manterÃ¡ por volta dos 8%; com incapacidade de criar empregos; com o aumento do crÃ©dito malparado em Portugal; com a queda do Ãndice de confianÃ§a para valores de 1986; com a inflaÃ§Ã£o acima dos salÃ¡rios; com o investimento e com o crescimento revisto em baixa ou com o aumento inflacionista e especulativo de bens e produtos essenciais, como os alimentos ou a energia (3).

Perante tudo isto, e agora que SÃ³crates vÃ³ revisto em baixa o crescimento econÃ³mico portuguÃ‰s, usa a mundializaÃ§Ã£o da crise como desculpa para incumprimento das metas por si traÃ§adas... Diz que Ã© do preÃ§o do petrÃ³leo, que sÃ£o reflexos da crise nos EUA, que nada pode fazer. Mas quando em Fevereiro, o Bloco e a UDP falavam na globalizaÃ§Ã£o da crise, SÃ³crates negou este cenÃ¡rio e negando-o, negou tambÃ©m a actuaÃ§Ã£o no combate a essa crise que se agudizou. Prova dessa agudizaÃ§Ã£o Ã© este clima de â€œestagflaÃ§Ã£oâ€™, registando-se a estagnÃ§Ã£o da economia produtiva conjugada com um Ã-mpeto inflacionista, tendo como consequÃªncias, na sua extensÃ£o, o agravamento do desemprego, da precariedade, a depreciaÃ§Ã£o dos salÃ¡rios reais e a perda de poder de compra dos jÃ¡ mais pobres e desprotegidos. Diga-se ainda que este caminho da â€œestagflaÃ§Ã£oâ€™ parece guardar ao dobrar da esquina

um encontro com a recessão.

2. A ENTRE O CASINO E O MUNDO, UMA CRISE NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

2.1. A Primeira Crise Moderna, global e globalizante

Esta crise é única. Não porque nunca tenha havido uma crise a abalar e a retrair a expansão capitalista (todos nós sabemos da ciclicidade destas crises), mas porque é a primeira crise própria de uma Economia Globalizada. É a primeira crise moderna, na chamada era da globalização, na qual a liberalização da economia entrelaçou os vários mercados.

As crises são inerentes ao capitalismo, representando momentos de destruição de capacidade produtiva, concentração de propriedade e capital e apuramento da classe burguesa. No entanto, apenas numa crise própria da globalização é que a crise financeira nos EUA poderia sacudir e varrer toda a Economia Mundial, tal e qual efeito borboleta.

2.2. Financeirização Económica: um Casino Global

Mas esta crise moderna não tem apenas como agravante a sua mundialização e globalização (que permite o seu rápido e tentacular contágio)... Esta crise tem outra agravante que é um dominante do actual capitalismo: a Economia de Casino, e o crescimento através desta jogatina especulativa, virtual e de economia volátil e sem substância.

A Economia de Casino traduz-se na financeirização da Economia e na forma como o Capitalismo, hoje, aposta na instantaneidade das bolsas, na especulação que empola os preços das ações, nas golpadas bolsistas, na virtualização da mais-valia, substituindo-se o investimento produtivo pelo jogo rentista de títulos. Consequências? O capital virtual existe em maior volume que o capital real e é um mito do verdadeiro valor da economia real.

O paradigma do capitalismo actual é assim esta aposta rentista e especulativa, agravada pelo facto de a maior parte dos activos da Banca se situarem em off-shores, sendo por isso incontroláveis, irregulamentáveis e impossíveis de fiscalizar... Nos off-shores consegue-se a mais pura liberdade de circulação do capital, que circula em verdadeira livre-eleição.

O eixo central da economia deixou de ser a reprodução do capital através de bens e serviços de criação de valor, passando a ser o da especulação. A especulação apenas cria a bolha que mais tarde ou mais cedo irá rebentar, colocando a não a virtualidade do capital e a sua volatilidade, esfumando-se assim grande parte do capital especulativo.

A criação de valor necessita de acção humana sobre matérias e serviços, transforma-se, criação de valor de uso e de troca... Ou seja, tem que ser útil ao ser humano.

Se a guerra é a continuação da política por outros meios, nos tempos actuais, a especulação capitalista (e talvez muito em particular, a envolvida na especulação de mercados de futuro e derivados) é a continuação da guerra por outros meios, sempre com consequências de maior desemprego e empobrecimento e proletarização dos povos.

A crise despoletou no centro do Imperialismo, mas o centro da crise é a própria essência do Capitalismo Moderno: a financeirização como centro da Economia. Este centro tem que ser atacado! É uma exigência anti-capitalista! É uma exigência da Esquerda! Porque é esta economia de Casino que despoleta a crise, e a crise arrasta sempre as massas mais desfavorecidas.

3. IMOBILIÁRIO, BENS ALIMENTARES, PETRÓLEO E ENERGIA: TERRENOS DE UMA VERTIGEM CHAMADA ESPECULAÇÃO

3.1. Crise no Imobiliário... Para onde foram os Especuladores?

O rebentamento da bolha especulativa que se alastrava e que alimentava o mercado imobiliário associado à generalização da habitação colocou a nu a fragilidade de um castelo virtual. A banca e os sectores de crédito imobiliário apostaram na especulação, na valorização da habitação™ e generalizaram o crédito para de casa, assentando na extorsão dos rendimentos daqueles com menores recursos que se sobreendividaram com créditos que a prazo não poderiam pagar. Rapidamente, com a incapacidade do pagamento dos empréstimos aos bancos, estes últimos foram perdendo liquidez, e restou-lhes apenas o capital especulativo, mas o capital especulativo não servia, porque não existe. O panic arrastou-se pelas bolsas e por fim a bolha esvaziou...

Aparentemente, nesta situação assiste-se à retirada dos capitais especulativos que se transferem para o mercado alimentício e para o mercado dos hidrocarbonetos (o petróleo em particular). Os astronómicos capitais especulativos encontram assim novas fontes de especulação e novas bolhas de crescimento, alastrando ainda mais, a crise ao planeta. Esta nova deriva especulativa aumentou os preços, a fome, a dificuldade dos pobres em acederem aos bens de consumo...

3.2. Reguladores mundiais: ineficiência e inoperância

Todos estes mercados - desde o imobiliário, passando pelos novos mercados especulativos como o que joga com os preços dos bens alimentares ou que corre na especulação do mercado dos hidrocarbonetos é existem para a Especulação por autorização dos Bancos Centrais. O Imperialismo que autorizou os off-shores é o mesmo Imperialismo que autoriza estes mercados de fundos.

Sejamos sinceros... Se o Imperialismo quisesse, algum dia, regular a especulação, controlando as crises e regulando a anarquia do capital privado a montante, teria que limitar e impedir o uso dos chamados "mercados de futuro" para a especulação, ao mesmo tempo que teria que limitar e regulamentar a circulação e concentração de capital, em particular nos off-shores. Mas como o Imperialismo e as suas máquinas institucionais (BCE, FMI, G8, etc.) não estão dispostos a impedir a especulação, não estão dispostos a tributar off-shores nem estão dispostos a limitar a concentração e multiplicação da propriedade especulativa, as crises são apenas controladas a jusante...

Perante o desenrolar da crise como reagiram as entidades e os reguladores internacionais? Apenas de forma paliativa e minimizadora de danos para o Capital. O BCE, o G8, o FMI ou qualquer outra entidade reguladora internacional são ineficiente e incompetente na regulação do capital especulativo que a única coisa que fazem, enquanto imperialistas também, são nacionalizar os prejuízos para depois privatizar os lucros.

3.3. As medidas paliativas e a nacionalização dos prejuízos: quando os capitalistas reclamam o socialismo do Estado!

Arrastado na crise do sub-prime o Northern Rock, na Grã-Bretanha, estava em vias de abrir falência... Como respondeu o governo britânico a isto? Abriu uma linha de crédito de 55 mil milhões de libras à disposição do Banco, acabando, em último recurso, por nacionalizá-lo.

Para os dois gigantes hipotecários estado-unidenses é o Fannie Mae e o Freddie Mac (4) que também abriram falência a receita é a mesma: Bush pediu ao Congresso a abertura de uma linha de crédito no valor de 300 mil milhões de euros para salvar estes privados.

Estes exemplos multiplicam-se por vários países e já vários governos intervieram em instituições bancárias. Os países da Benelux nacionalizaram parcialmente o Fortis (grupo que detém 51% das aplicações em seguros do BCP); a Islândia segue o mesmo caminho com o Glitnir Bank; a Bélgica ponderam intervir no Dexia; o governo dinamarquês adquiriu o Roskilde e interveio no Ebh Bank; a Alemanha nacionalizou o Hypo Real, enquanto que a Grã-Bretanha (para além do Northern Bank) já estatizou o Bradford & Bingley e os EUA, para além das várias nacionalizações que já fez, vêm-se forçados a discutir planos de disponibilização de centenas de milhares de milhões (700 mil milhões) de dólares que serviriam de fundo para aquisição de activos e acções de risco. Entretanto, o BCE volta a injectar uma quantidade astronómica (120 mil milhões de euros) no mercado.

Portanto, a resposta que as entidades bancárias, que os Governos e as entidades internacionais (como o BCE, que injectou repetidamente moeda no mercado, garantindo liquidez) têm para a crise é a de socializar o prejuízo da banca e dos gigantes hipotecários e especulativos. Numa altura em que a teoria e a ideologia neoliberal tanto apregoa e suspira por um estado minimalista, sem角色 no mercado e nas actividades económicas, é essa mesma teoria e ideologia neoliberal que, em posição de falência, vai sugar ao braço do Estado milhões de euros, bolo constituído pelos impostos cobrados às massas pagantes. É uma teoria liberal de socialismo da falência e de socialização do risco, que marca a crise do capital financeiro e do livre mercado e uma profunda derrota ideológica do neoliberalismo.

3.4. Fundos Soberanos

Os fundos soberanos são disto outro exemplo. Estes fundos, detidos pelos Estados ou por bancos centrais têm

adquirido dÀ-vida das instituiÃ§Ãµes financeiras, almoçadando as falÃ¡ncias e as crises. Enquanto que Abu Dhabi compra 4,9% do Citigroup, o fundo de Singapura injecta 10 mil milhÃµes no grupo suÃ-Ã§o UBS. Mas os exemplos sucedem-se: o fundo chinÃºs adquire 9,9% do capital do Morgan Stanley; os fundos do Koweit e da Coreia do Sul investem na Merrill Lynch (principal correctora mundial). Neste cenÃ¡rio do capital financeiro global assistimos a um alinhamento de vÃ¡rios paÃ±ses a intervirem e a minimizarem as perdas e a crise que estoirara no centro do ImpÃ©rio (5).

Hoje, os Estado nÃ£o controlam as crises a montante, apenas a jusante. Quando os mercados estÃ£o em alta permitem-se privatizaÃ§Ãµes de Bancos e de Fundos de PensÃµes; mas quando os mercados estÃ£o em baixa Ã© o Estado que injecta o dinheiro e sustenta a economia liberal, que durante anos ganhou o dinheiro sem o redistribuir, e que agora aproveita-se de um Estado que se espolia a si prÃ³prio para garantir a viabilidade de algo que, assim que o mercado esteja novamente em alta, se regularÃ¡ de novo pela lÃ³gica do privado, procurador da acumulaÃ§Ã£o infinita de capital.

Em momentos de crise, os privados recorrem ao Estado e atÃ© pedem a intervenÃ§Ã£o do seu braÃ§o na economia por uma razÃ£o muito simples: os privados nÃ£o tÃ£o formas de regular o mercado! A conduÃ§Ã£o anÃ¡rquica da economia privada prova a tese socialista de que o Estado Ã© central na conduÃ§Ã£o da Economia.

4.Â POUCO SE APRENDEU COM O PASSADO

4.1. Depois do New Deal

Depois da crise de 29/30 o Capitalismo retirou algumas liÃ§Ãµes! Na altura chegava-se Ã conclusÃ£o de que o Estado tem que ter uma mÃ£o reguladora na circulaÃ§Ã£o do Capital, ao mesmo tempo que deve impedir a corrida aos Bancos em busca de crÃ©ditos, pois esses advÃ£o essencialmente do capital nÃ£o-real.

No entanto, a GlobalizaÃ§Ã£o e FinanceirizaÃ§Ã£o da Economia destruiu estes meios de controlo e de regulaÃ§Ã£o estatal que a burguesia defendeu depois do crash de 1930, com o intuito de impedir novos episÃ³dios de crises profundas. Hoje, os bancos centrais nÃ£o passam de ferramentas de nacionalizaÃ§Ã£o dos prejuÃ±os e de auxÃlio Ã acumulaÃ§Ã£o privada de capital. As instituiÃ§Ãµes reguladoras ou nÃ£o existem ou fingem que existem. Em verdade â€œmoderaramâ€• a concentraÃ§Ã£o dos monopÃ³lios, na aparÃªncia de uma concorrÃªncia favorecedora da populaÃ§Ã£o.

O Ã-mpeto da concentraÃ§Ã£o de Capital de forma instantÃ¢nea e rentista levou a que os liberais de hoje se tivessem esquecido do New Deal e da entÃ£o assumida necessidade de uma regulaÃ§Ã£o estatal sobre o capital especulativo e sobre a acumulaÃ§Ã£o de propriedade, o que colocou o Capital numa encruzilhada, mergulhado numa sintomatologia tÃ-pica uma doenÃ§a auto-imune, em que o organismo se agride a ele prÃ³prio... Se por um lado, a nÃ£o regulaÃ§Ã£o do mercado especulativo, a nÃ£o limitaÃ§Ã£o do recurso ao crÃ©dito, a nÃ£o limitaÃ§Ã£o da concentraÃ§Ã£o de propriedade e de capital e nÃ£o limitaÃ§Ã£o da circulaÃ§Ã£o do capital nÃ£o tributado e nÃ£o declarado desembocou numa crise do Capital; por outro lado, a aplicÃ§Ã£o de mecanismos de regulaÃ§Ã£o por parte do Imperialismo (como a limitaÃ§Ã£o da especulaÃ§Ã£o nos mercados de futuro, a tributaÃ§Ã£o de off-shores e a limitaÃ§Ã£o de ganhos, multiplicaÃ§Ã£o e concentraÃ§Ã£o do capital especulativo) levaria a outras crises do mesmo tipo, porque os Bancos e as Bolsas que jÃ¡ sÃ£o jogam no mercado especulativo entrariam em queda, sentir-se-iam crashes e novas ondas de crise sacudiriam a Economia.

4.2. A auto-regulação não funciona

Esta encruzilhada do Capital revela que a auto-regulação do Capital não funciona, nem sequer com a profusão de entidades pseudo-controladoras da economia e do capital mundial. Ao contrário do que a social-democracia defende, não basta regular e regulamentar os mercados através de uma espécie de Banco Central Mundial, porque este não teria capacidade para impedir novos tipos de crises; muito menos teria capacidade ou competências para proteger as massas mais pobres e desprotegidas dos efeitos da crise.

As mulheres e homens comunistas diferenciam-se desta opinião, requerendo a intervenção do Estado na propriedade privada, na regulação da propriedade bolsista, na limitação da concentração de propriedade, defendendo, acima de tudo, a economia produtiva em detrimento da economia especulativa.

O poder econômico deve ser dirigido pelo poder político, regulado e controlado pelo Estado e não pelas chamadas entidades independentes de regulação, que dependem elas próprias, do próprio mercado para sobreviver. Não há entidades independentes eleitas pelos cidadãos e pelo voto popular nem há entidades independentes a trabalhar para os povos e para as massas. As entidades reguladoras chamadas independentes mostraram a sua ineficiência e revelaram-se agora num papel de aumento de taxas de juro, aumento inflacionista, novas cedências ao Capital, nacionalizando-lhes os prejuízos à custa dos impostos dos cidadãos. A Esquerda deve lutar pelo fim destas entidades independentes, Bancos Centrais e as chamadas entidades reguladoras mundiais; impondo em alternativa posições fortes do Estado na Banca.

5. A CRISE PASSARÁ... MAS CUSTA DE QUEM?

5.1. Quem paga a factura?

Não sabemos que o Capital ultrapassará esta crise, como tem ultrapassado muitas outras, mostrando uma enorme capacidade de regeneração. Mas não sabemos também que o Capital e o Imperialismo resolve sempre as suas crises à custa da exploração do Estado (através da já referida "nacionalização" dos prejuízos dos privados e através da privatização e mercantilização de serviços e funções do Estado, na tentativa de se procurar novos mercados para re-desenvolver e re-expandir o capitalismo e a concentração de capital) e do esmagamento e proletarização generalizada da classe trabalhadora (milhares de despedimentos, esmagamento dos salários e dos direitos dos trabalhadores, perda de poder de compra, precariedade generalizada, pobreza...).

Também sabemos que esta crise se resolverá desta mesma forma. Depois de muita turbulência a factura será novamente paga pelos trabalhadores e pelos desprotegidos, das mais variadas formas. O Código do Trabalho que se nos apresenta de novo em Portugal é que tem sido reproduzido pelo Ocidente fora é mostra a tendência do esmagamento dos direitos laborais; ao mesmo tempo que o avanço da predição neoliberal força a apropriação privada e mercantil das funções do Estado Social.

Quando falamos das saídas que o Capital encontra para as suas próprias crises não podemos deixar de ponderar sobre a abertura de novas frentes de guerra e sobre o reforço do mercado de armas e de apropriação econômica de mercados por via da força bélica (6)... Não podemos ignorar as convulsões demonstradas pelo conflito Geórgia/Russia, pela tensão Bolívia/EUA, pelo pedido israelita de abertura de um canal de intervenção para o

A face do Capitalismo e do seu sistema é esta mesma: são sempre os mais pobres, os mais proletarizados, os piores mais periféricos que ficam sempre com a factura para pagar.

Contra tudo isso temos que defender a intervenção do Estado na propriedade privada e o controlo estatal na circulação do capital, dando assim ferramentas ao próprio Estado de controlo, a montante, sobre as crises, protegendo a classe trabalhadora dos pagamentos das crises dos capitalistas.

6. NA ENCRUZILHADA PODE Haver SAÍDA... É ESQUERDA

6.1. Sócrates e os paliativos

Quando José Sócrates negou a iminência de uma crise financeira mundial, o que arrastaria a emergência de uma crise social (em Portugal, particularmente) estava a negar a redução dos impactos da crise, impedindo a tomada de medidas a montante. Durante três anos de obsessão pelo controlo do défice, de sobrevalorização da finanças e de duche frio da economia portuguesa, José Sócrates e o seu Governo, umbigados e obsessivamente internalizados, não souberam ler a evolução da economia mundial real. Durante estes três anos, o plano de redução do défice, repercutiu-se na redução do investimento público, baixando as condições de resistência da economia portuguesa face a uma potencial crise mundial. As Contas Páublicas atávicas podem estar em equilíbrio mas a economia está estagnada, bem como o investimento público e/ou privado. A emergência e consequência desta crise mundial põe em causa a política de Obsessão do Défice e tornam ridículas as manifestações de júbilo de José Sócrates quando anunciar que o Défice estava Controlado.

Aquando do aproximar da crise o Governo sócrates tomou paliativos: como os subsídios pontuais aos passes sociais ou como os apoios fiscais a quem pagava habitação própria (financiados por uma taxa simbólica sobre os stocks da Galp). Estes paliativos não impediram o aumento do desemprego, o aumento do crédito malparado ou o sobreendividamento das famílias portuguesas...

José Sócrates tinha duas tarefas imediatas a que se recusou: 1) fixar a taxa dos preços do petróleo, impondo preços administrativos, limitando os lucros da Galp e de outras petrolíferas, limitando assim a especulação que cedo contagiou o mercado dos hidrocarbonetos; 2) fazer uma frente na UE contra o aumento das taxas de juro. Ao contrário, o Governo alinhou pelas teses do neoliberalismo e colocou-se ao lado dos piores mais fortes e mais ricos contra o povo português e contra os mais frágeis e pobres da UE. Recusando-se a intervir no mercado e incapaz de enfrentar a UE, recusando o aumento das taxas de juro, José Sócrates permitiu a escalada nas prestações a pagar aos bancos, emagrecendo os salários e o poder de compra do povo português, que deve, em média, 130% daquilo que ganha. Pior, as alterações que Sócrates fez à Lei de Pensões e à Lei do Subsídio de Desemprego penalizam ainda mais estes dois estratos face a este espectro de crise social emergente.

6.2. A saída socialista

Os povos e as massas que se vêm sempre nesta situaçāo de bodes expiatários da crise dos capitalistas, desprotegidos pelos governos neoliberais, como o de José Sócrates, podem ter uma intervenção: a sua mobilização e a sua pressão podem obrigar os Governos a fechar off-shores, a tornar o sector público dominante na energia e na banca, a impedir os mercados de futuro, a impedir a privatização da energia, dos transportes e dos serviços públicos.

O caminho tem que ser o da luta dos povos, porque só este caminho pode criar a pressão e a agitação suficiente para acabar com a financeirização da Economia. Estas lutas e suas mobilizações têm que ser apoiadas pela Esquerda.

A Esquerda, as mulheres e os homens comunistas lutam para que o poder político subordine o poder económico. Esse objectivo nunca será conseguido se se mantiver a intrusão das chamadas entidades reguladoras internacionais, como BCE, FMI, OMS, OCDE, etc., em detrimento do papel dos Estados e dos governos eleitos pelos povos. Por isso, esta situação deve ser revertida, lutando-se pelo fim das chamadas entidades independentes!

A Economia de Casino e o não controlo da economia (potenciador do aparecimento de várias outras crises) só podem ser revertidos por movimento social maioritário e alternativo que afirme os valores da esquerda e do socialismo. Isto só se conseguirá com um amplo e mobilizado apoio popular. Só com este movimento e com este apoio será possível impor o seu controlo, a montante, sobre as crises e sobre a economia.

A esquerda só pode enfrentar de frente o centro da crise capitalista exigindo medidas sócio-riais de controlo do capital, desenvolvendo propostas intermédias mas dando caminho à aplicação da taxa Tobin ao fim dos offshores, combater o capital especulativo, impedir que mercados de bens e serviços essenciais sejam predados pelos especuladores e pela empolização de preços ao consumidor.

A esquerda tem que colocar no centro estratégico da sua tática, os serviços públicos e a guerra, pelo fim da NATO que junta elementos de resistência com elementos de contra-ataque, o que dará confiança e permite posicionamentos de uma outra forma no terreno da luta de classes e da proposta e resposta política.

Em Portugal como na Europa é preciso intervir para inverter a descredibilização da política. A actual crise do capitalismo abre espaço nas massas para as forças populistas de direita se desenvolverem, pelo que os serviços públicos e a paz são elementos estratégicos essenciais para a intervenção dos movimentos sociais e da esquerda, e expressam de forma aguda a luta entre o trabalho e o capital, bem como o papel do Estado.

Só com um amplo apoio social é que os partidos e os movimentos verdadeiramente socialistas poderão evitar a espoliação do Estado e dos Serviços Públicos para os privados, ou evitar a privatização dos sectores energéticos e estratégicos para os países e para os povos (impondo, em muitos casos a nacionalização ou re-nacionalização destes sectores).

Os Estados e os povos devem alinhar-se na defesa dos Serviços Públicos, impedindo que estes sejam predados pelo Capital na sua busca por novos mercados, ao mesmo tempo que devem impor impostos progressivos à Banca e aos

sectores financeiros.

SÃ³ com este apoio popular Ã© que a Esquerda socialista poderÃ; privilegiar a economia e o investimento produtivo, produtor de matÃ©ria e forÃ§as produtivas, combatendo a economia bolsista.

Â 1) Nos EUA, a inflaÃ§Ã£o cresceu ao ritmo mais rÃ;pido dos Ãºltimos trÃªs anos tornando a taxa de juro de 2% realmente negativa; a economia das famÃlias nos EUA estÃ; pior do que em 2000 com um salÃ¡rio mÃ©dio 80% mais baixo do que em 1972 e a dÃ-vida familiar no valor mais alto de sempre. Em Julho assistiu-se ao aumento de 141% nos despedimentos, em particular nas empresas do sector financeiro e nas companhias aÃ©reas, assim como ao aumento de pedidos de subsÃ©dio de desemprego mais alto desde 2003. O Ã-ndice de pobreza atingiu 14,1%, (41,3 milhÃµes de pessoas), enquanto o nÃºmero de bilionÃ¡rios cresceu exponencialmente. A economia norte-americana estÃ; em terreno negativo desde 2007; com o contÃ-nuo abrandamento do investimento produtivo a sua parte no PIB mundial desceu, desde o final da dÃ©cada de 90, de 40% para 30% e o seu dÃ©fice comercial mensal atinge valores pÃ³s-2000 dos 70 mil milhÃµes de dÃ³lares - dependendo crescentemente do retorno dos dÃ³lares na forma de compra de tÃ-tulos do tesouro, acÃ§Ãµes...

2) Na Zona Euro, os preÃ§os no produtor registaram em Julho a maior subida desde 1990; a inflaÃ§Ã£o atingiu 4,1% e as vendas a retalho sofreram as maiores descidas desde 1995; a produÃ§Ã£o industrial britÃ¢nica diminuiu em Junho pelo quarto mÃºltiplo consecutivo, enquanto que a espanhola registou a maior queda desde 1993 e o seu nÃºmero de desempregados atingiu o valor mais alto desde 1998. As exportaÃ§Ãµes baixaram e paÃ±ses como Portugal, Espanha, FranÃ§a e Alemanha tÃ£o visto as suas previsÃµes de crescimento a serem consecutivamente revistas em baixa, estando a agudizar-se o clima de estagnÃ§Ã£o econÃ³mica, com paÃ±ses da Zona Euro a entrar jÃ; em recessÃ£o tÃ¢cnica.

(3) HÃ; um dado que pode ter passado despercebido, mas Ã© significativo: o preÃ§o mÃ©dio para os futuros contratos de electricidade no MIBEL subiu 68,43% no primeiro semestre deste ano, face ao homÃ³logo anterior.

(4) O rebentamento da bolha financeira nos EUA colocou de imediato sobre 150 bancos o fantasma da falÃªncia, tendo falido mesmo instituiÃ§Ãµes de renome como a Indy Mac Bancorp (segunda maior falÃªncia nos EUA) ou o Bear Stearns (quinto maior banco estado-unidense). Os exemplos de falÃªncias bancÃ¡rias sucedem-se ainda hoje e as previsÃµes apontam para a inevitabilidade de novas falÃªncias em vÃ¡rias Ã¡reas de actividade. A mais recente falÃªncia de um banco aconteceu com o Washington Mutual, declarada como a maior falÃªncia de Wall Street e que apressou alguns analistas a comparÃ§Ãµes com a crise de 1929. Semanas antes falira o Lehman Brothers e a gigante seguradora AIG teve que ser intervencionada.

(5) Este cenÃ¡rio nÃ£o Ã© surpresa, principalmente para a UDP, que na sua 2Ãª ConferÃªncia (ler os documentos saÃ±dos desta ConferÃªncia) jÃ; se tinha posicionado sobre os BRIC (Brasil, RÃºssia, Ã•ndia e China) como parceiros do Imperialismo Global, conclusÃ£o reforÃ§ada pelo facto de os fundos estrangeiros (chineses, russos, sauditas...) segurarem 1/3 do dÃ©fice norte-americano.

(6) Ainda recentemente os EUA ultrapassaram duas bolhas especulativas, tendo como saÃ±a econÃ³mica a â€œcriaÃ§Ã£o' e exploraÃ§Ã£o da Guerra no Iraque.

A DirecÃ§Ã£o Nacional da UDP

28 Setembro 2008

ResoluÃ§Ã£o em pdf